

De traficante de escravos a Barão de Nova Friburgo: a trajetória de Antônio Clemente Pinto na primeira metade do oitocentos.

RODRIGO MARINS MARRETTO*

Neste estudo, o objetivo é fazer uma análise da trajetória do primeiro Barão de Nova Friburgo e de sua família entre os anos de 1829 e 1856, datas que localizam a vinda de Antônio Clemente Pinto para a região de Cantagalo e Nova Friburgo e o recebimento do título de Barão de Nova Friburgo. Um dos pontos relevantes encontra-se em realizar uma cartografia do complexo de fazendas de Antônio Clemente Pinto e analisar o “fio da meada da acumulação de capital escravista” (SALLES & BORGES, 2013: 58), para este membro da classe senhorial fluminense. Com esse diagnóstico é possível aquilatar o valor do complexo de fazendas e o volume de sua escravaria, além de suas lógicas internas de funcionamento. Outro aspecto a ser medido refere-se à diversificação dos negócios deste “fazendeiro-capitalista”, oriundos do capital cafeeiro reinvestidos em apólices, empréstimos a juros e investimentos em imóveis urbanos. Através do estudo de João Luís Fragoso e Ana Lugão Rios percebe-se que os investimentos em rentismo compunham parte significativa da fortuna de Clemente Pinto (FRAGOSO & LUGÃO, 1995: 201).

A partir do estudo do núcleo familiar do primeiro Barão de Nova Friburgo torna-se possível investigar as demais famílias da classe senhorial do Império. Para tal empreitada, é preciso considerar os limites culturais da época e da classe social em que os membros se inseriam e mantinham suas redes sociais (MUAZE, 2008). Diante disso, realizar uma radiografia do complexo de fazendas do mais destacado membro desta família permitirá compreender as origens da acumulação de capital cafeeiro escravista e a transição para atividades usurárias e comerciais, fator que será fundamental para compreender as estratégias de reprodução e manutenção da riqueza da família Clemente Pinto.

Vários autores fizeram referência ao poder e opulência do Barão de Nova Friburgo. Muitos deles relataram a riqueza do Barão ligada a terras e escravos, este segmento de seus negócios foi comparado apenas a do Comendador Joaquim José de Souza Breves:

*Universidade Federal Fluminense – Doutorando em História Social/PPGH.

Em 1860 rico fazendeiro de Cantagallo a mantinha(a cidade de Nova Friburgo) como se fosse seu feudo e ali não existia senão um Barão de Nova Friburgo cuja carreira de formidável cafezista só encontrava confronto na do Comendador Joaquim José de Souza Breves. Suas lavouras cobriam enormes áreas do distrito cantagalense. Não só as das próprias fazendas como as que possuía em sociedade com João Antônio de Moraes, primeiro Barão de Duas Barras. (Documentos Friburguenses, Jornal do Comércio, 13 de agosto de 1944.)

Notabiliza-se que se trata do Barão de Nova Friburgo após a sua ascensão econômica e posição de destaque na elite agrária oitocentista. No documento supracitado ressaltam-se suas virtudes como plantador de café e de sócio do Barão de Duas Barras. Todavia, o texto deixa de relacionar Clemente Pinto às suas origens e ao seu apogeu: primeiro, o tráfico de escravos - dimensão de sua riqueza que precisa ser mais bem compreendida; e depois, o investimento em atividades especulativas.

Entre os estudiosos que fizeram referência a Antônio Clemente Pinto, encontra-se Alberto Lamego, que entre outras coisas, localiza a vinda de Antônio Clemente Pinto para os “sertões do Leste”, em 1829, sob o fascínio do ouro. O futuro Barão logo percebe o que John Mawe - viajante inglês - já havia descrito: “Os numerosos colonos, atraídos pela suposta riqueza do lugar, não tardaram a verificar que o creme fora extraído pelos contrabandistas” (MAWE, 1944: 128). Lamego ainda afirma que o personagem, durante o século XIX, “acumula grande riqueza que ele mesmo bem emprega, e que os filhos sabem multiplicar” (LAMEGO, 2007: 363). Indubitavelmente, Antônio destaca-se no cultivo da terra, com especial atenção para o café, empreendimento em que obtém expressivo sucesso e que é a mola mestra para compreender o ponto de partida da riqueza do Barão de Nova Friburgo.

A relação de Antônio com a escravidão é anterior a sua chegada à região de Nova Friburgo e Cantagalo. Provavelmente atuava como comerciante de escravos na Corte. No ano de 1827, o Alvissareiro Mór declarou que “carregou 416 escravos, mortos 2 a Antônio Clemente Pinto” (F.B.N-H.D.B-A.P. *Diário do Rio de Janeiro*, 1827, Ed.0200008:36); em fevereiro de 1828, “Carregou 504 escravos, mortos 14 a Antônio Clemente Pinto”(idem,1828, Ed. 0100002: 8); e, em março de 1828 o “Quilimane Bergantim Nacional Hércules em 58 dias: Carregou 592 escravos, destes morreram 46, a Antônio Clemente Pinto” (idem,1828, Ed. 0300003: 12), ainda em março de 1828 carregou-se de mais 520 cativos sendo 85 mortos (idem,1828, Ed.

1200026: 104). O resultado é o seguinte: 1885 escravos trazidos da África entre fevereiro de 1827 e março de 1828 (MARRETTO, 2014: 52-53). Ademais, em pesquisa recente Carlos Gabriel Guimarães encontrou o nome de Antônio Clemente Pinto em uma documentação do *State of Paperes* do governo britânico de 1829, onde ele realizava um carregamento de escravos (GUIMARÃES, 2012: 50). O historiador Manolo Florentino inclui Antônio em uma lista de comerciantes de escravos entre os anos de 1811 e 1831 (FLORENTINO, 2014: 267). Com o que foi dito, o envolvimento de Antônio com escravos é latente. A proposta que apresentamos visa analisar demograficamente as escravarias arroladas no inventário do Barão de Nova Friburgo, para que seja possível aquilatar mais precisamente o peso da escravidão nas fazendas do seu complexo cafeeiro.

Em princípios de 1820, devido à demanda internacional pelo café, a necessidade de aumentar a produtividade das fazendas tornou-se indiscutível. Para que tal expediente pudesse se concretizar o tráfico internacional de escravos foi potencializado. Para compreender melhor esse contexto, abriremos diálogo com o conceito de “segunda escravidão”. Dale Thomich (TOMICH, 2011) considera que, na transição do século XVIII para o XIX, fatores como a construção do Estado Nacional, a expansão da escravidão e da economia cafeeira seguiam as transformações da economia-mundo. O conceito de Segunda escravidão refere-se, justamente, a uma reestruturação do tráfico de escravos em escala e intensidade nunca antes aplicadas. Segundo o autor, o sul dos Estados Unidos, o Brasil e Cuba passaram a compor o mercado internacional em escala atlântica durante o desenvolvimento do capitalismo industrial, sob a influência política e econômica da Inglaterra que passava àquela época, a transformar a economia mundial. No Brasil este processo desencadeou uma nova escravidão que fundamentava o “sistema econômico e histórico e a ascensão de uma nova classe dominante, a classe senhorial” (SALLES, 2012: 17). Os escravos oriundos do tráfico viriam abastecer as grandes fazendas do vale do Paraíba, fator que incrementou a produtividade suprimindo a demanda de café no mercado mundial. Como consequência desses fatores, as grandes fazendas cafeeiras expandiam-se vigorosamente e a produção brasileira ultrapassaria “todas as demais regiões cafeeicultoras mundiais” (MARQUESE, 2004: 262), já na terceira década do século XIX.

Com isso, acredita-se que seja fundamental compreender as transformações ocorridas no Império e como estas acompanharam o crescimento das fazendas de café do Vale do Paraíba Fluminense no início dos anos 1830. Também neste período estruturavam-se, no âmbito das vilas recentemente criadas, os grupos locais que endossariam a política imperial durante o Segundo Reinado. Faz-se necessário reiterar a ideia de que nesse período a região se expandia através do café e que esse produto encontrava terras férteis e devolutas entre Nova Friburgo e Cantagalo. Antônio Clemente Pinto chega à região exatamente no calor desses acontecimentos.

Em 1847, por exemplo, as representações dos comerciantes eram feitas por uma comissão de nove membros por nacionalidade. O membro brasileiro, Irineu Evangelista de Souza, futuro barão e visconde com grandeza de Mauá, Irineu residia na rua da Candelária, 41, sendo, portanto, vizinho próximo da família Clemente Pinto, que habitava o número 36. Justamente quando Irineu torna-se membro da Comissão de Negociantes, Antônio Clemente Pinto é arrolado junto ao grupo dos negociantes nacionais (Almanack Laemmert, 1847: 297). Ou seja, Antônio era um daqueles plantadores escravistas que nunca deixaram de lado as atividades comerciais.

O destaque de Antônio na área comercial é inegável, a empresa Friburgo & Filhos operava, principalmente, na compra e venda de café, ao mesmo tempo em que negociava escravos. Segundo Vanessa Melnixenco, a criação da Friburgo & Filhos correspondia à necessidade de diversificar os negócios de Antônio Clemente Pinto e de inserir técnicas e maquinário específico para o beneficiamento do café. Outro importante aspecto observado por Vanessa refere-se ao fato de que a construção da Friburgo & Filhos centralizaria a produção e a comercialização do café nas mãos da família Clemente Pinto, fator que acarretaria no acúmulo de poder nos círculos sociais da Corte e o contato com o exterior, de onde poderiam ser importados novos maquinários para as lavouras de café da família (MELNIXENCO, 2014: 78).

As condições eram favoráveis e Antônio Clemente Pinto rapidamente enriqueceu. Clélio Erthal revela, por exemplo, que ele possuía mais de dez fazendas só em Cantagalo (ERTHAL, 2008: 211). D'Ursel apresenta a principal ocupação de Antônio Clemente Pinto, “percorrer as suas fazendas que se tocam, formando um pequeno reino” (D'URSEL, 1879: 102). Ou seja, as citações revelam uma volumosa

riqueza expressa em terras, pés de café e escravos, formando um significativo complexo de fazendas interligadas.

Entre as terras de Antônio em Cantagalo consegui listar as seguintes fazendas: Laranjeiras, Areias, Boa Sorte, Itaóca, Água Quente, São Clemente, Santa Rita, Boa Vista, Aldeia, Cafés e Gavião. O Barão também era proprietário de fazendas na Vila de Nova Friburgo, como as do Cônego e a de São Lourenço, especializadas na criação de animais. Além, é claro, de suas casas de campo e caça e da casa de morada localizada no número 25 junto a Praça Princesa Isabel, espaço de sociabilidade da elite oitocentista friburguense, projetada pelo francês Glaziou (Ver: FOLLY, 2007). Este “feudo”, a que se refere o texto do jornal do comércio, é, na verdade, um expressivo complexo de fazendas que estava voltado para a produção e comercialização de café. A análise do funcionamento desse complexo, movido pelo braço escravo, é um dos focos deste trabalho. Principalmente pela possibilidade de interpretar o perfil das propriedades de Antônio, já que a partir da década de 1850 quando a concentração de terras e escravos nas mãos de poucos senhores torna-se a tendência até a abolição.

No estudo realizado na minha dissertação de mestrado foi possível aproximar as lentes dos registros cartoriais feitos por Antônio Clemente Pinto seu tino para compra de terras, sociedades e empréstimos a juros tornaram-se nítidos. A primeira escritura data de 1842 onde o casal, Mindelino Francisco de Oliveira e sua mulher Florentine Bersot, passam uma escritura de hipoteca de “suas terras de culturas”, segundo a qual “se constituíram devedores do Outorgado Antônio Clemente Pinto da quantia de oito contos setecentos e vinte mil réis em dinheiro corrente que neste ato recebeu do Outorgado” (A.C.2º.O. L.N. III: Fl. 58V-59), o prazo que o casal Bersot recebeu para saldar a dívida foi de seis meses e “por qualquer acidente pagarão pela mora e juros de um e meio por cento ao mês” (A.C.2º.O. L.N. III: Fl. 58V-59). Bersot e sua mulher tornaram-se devedores do futuro Barão de Nova Friburgo. O segundo registro data de 1846 e carrega o seguinte título – “Escritura de cessão e transpasse de dívida e obrigação com hipoteca de Claudio Ferreira e sua mulher que Antônio Clemente Pinto faz a Achille Brigot” (A.C.2º.O. L.N. IV: Fl. 4V). Estes são exemplos da participação de Antônio Clemente Pinto em negócios não agrários, antes mesmo da consolidação de suas fazendas como grandes produtoras de café.

Aqui se abordam alguns registros documentais apenas para exemplificar os negócios registrados por Antônio Clemente Pinto na Vila de Nova Friburgo. Seriam eles os seguintes: Escritura amigável de partilha da Fazenda São Clemente, duas escrituras de cessão, transpasse e quitação de dívida, ambas registradas em 1847. A escritura de sociedade entre o Comendador Antônio Clemente Pinto e Francisco Dias Ferreira em 1848, além da escritura de compra da Fazenda Itaóca junto a Manoel Clemente Pinto no ano de 1850. O objetivo aqui é apresentar algumas características dos negócios e das estratégias de enriquecimento do Comendador da Imperial Ordem da Rosa. Além disso, esse pequeno exercício evidenciará como os arquivos cartoriais e judiciais, sempre em diálogo com o inventário do Barão, colocarão em perspectiva a ascensão social do futuro Barão de Nova Friburgo, além de permitir aquilatar o processo que desencadeou a acumulação de seus bens.

Esse exercício de análise contribui para o argumento de que as vilas de Nova Friburgo e Cantagalo tornaram-se, de 1840 em diante, prósperos centros urbanos de relevante importância para a região. Destacava-se tanto na recepção de escravos vindos do tráfico internacional e interno, quanto na produção do café. Nota-se, nessas vilas, um extrato social em ascensão, possuidor de uma riqueza expressa em pés de café, escravos, ancorado em alianças familiares e empréstimos a juros e que registrava parte relevante de seus negócios no cartório da vila de Nova Friburgo e de Cantagalo. Compreendemos que os negócios de Antônio Clemente Pinto extrapolavam e muito a região que engloba Cantagalo e Nova Friburgo no século XIX, eram negócios de âmbito nacional e internacional, mas que tinham sua base nesta região.

Defende-se a tese de que Antônio Clemente Pinto possuía um engenhoso complexo de negócios envolvendo terras, café e escravos, e que os lucros obtidos na atividade agrícola permitiram a diversificação de suas atividades, como a criação da casa comissária Friburgo & Filhos, a construção da Estrada de Ferro Cantagalo, a concessão de créditos a juros e investimentos em imóveis urbanos. Elementos que se interligavam, isto é, Antônio dominava todo o processo de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do seu complexo de fazendas em Cantagalo e Nova Friburgo, além disso, passou a investir seus lucros em atividades usurárias. Tais elementos deflagram a relação entre as suas áreas produtoras e sua empresa, a Friburgo & Filhos:

casa comissária do Rio de Janeiro. Desta forma, perseguir a trajetória de constituição da riqueza do personagem requer uma análise do seu inventário, sempre em comparação com as de escrituras cartoriais e judiciais, o que ajudará a esclarecer como ocorreu o processo de enriquecimento do Barão de Nova Friburgo, inicialmente ligado ao acúmulo de capital cafeeiro escravista, e posteriormente migrando para atividades usurárias e rentistas.

Como exemplo de megaproprietário de escravos, conceito proposto por Ricardo Salles, o nome de Antônio Clemente Pinto ajustou-se perfeitamente. Através das fontes é possível mapear os negócios do Barão de Nova Friburgo e a constituição de um complexo de fazendas que formavam um imenso latifúndio produtor de milhares de pés de café através do trabalho escravo. Durante as pesquisas realizadas até aqui se destacaram, além dos bens agrários, também as escrituras relacionadas a dívidas e hipotecas, valores que até a primeira metade do século XIX somavam 26 contos 978 mil 346 réis (MARRETTO, 2014: 54). Desta maneira, o Barão concedia crédito a vários particulares, e com seus empréstimos e hipotecas, conseguia vantagens através dos juros. Durante o estudo que pretendemos desenvolver uma das tônicas será a avaliação do papel dessas atividades na formação do patrimônio de Antônio.

Em pesquisa empreendida por Marieta de Moraes Ferreira, que visou compreender como as estratégias matrimoniais construíram alianças e redes de solidariedade que tinham como objetivo a manutenção de recursos financeiros e a aproximação a membros da elite fundiária, o Barão aparece como um grande latifundiário a pluralizar seus investimentos, sobretudo através dos empréstimos a juros (FERREIRA, 2008: 115). Ainda nesta obra, Marieta indica uma sociedade entre os futuros Barão de Duas Barras e Barão de Nova Friburgo, a dívida contraída pelo Barão de Duas Barras com o sócio era de pouco mais de cinco contos de reis (FERREIRA, 2008: 116-117). Logo, analisar as relações sociais e os acordos engendrados pelos personagens tornar-se fator essencial para compreender as suas estratégias de enriquecimento e manutenção do prestígio dentro de um grupo detentor de um patrimônio portentoso.

Até 1850, o personagem em questão adquiriu, segundo os arquivos consultados, duas propriedades, Itaóca e Aldeia, com suas benfeitorias que juntas somavam quase

200 mil pés de café e possuíam em torno de 134 cativos. As três sociedades que estabeleceu durante o período demonstram que Antônio se valia dessas estratégias de sociabilidade para ampliar suas relações econômicas e de poder para os limites dos “Sertões do Leste”, chegando até a cidade de Campos. Neste contexto, uma das intenções deste trabalho reside em analisar os negócios e fazendas do Barão de Nova Friburgo no período compreendido entre 1829 e 1856. A fortuna de Antônio Clemente Pinto extrapolou o agro e inseriu-se na política local e provincial. Além disso, a família Clemente Pinto contribuiu para a difusão dos modos de vida característicos da classe senhorial oitocentista e para processo de concentração social da propriedade cativa no pós 1850.

No início da década de 1830, as transformações políticas do Império vieram acompanhadas, tanto pelo crescimento do Vale do Paraíba fluminense quanto da região dos “Sertões do Macacu²”. Naquele momento, junto aos municípios criados nas regiões citadas, se estruturavam também os grupos senhoriais que articulariam a política imperial durante o Segundo Reinado (MATTOS, 1987) (CARVALHO, 2003). Tais grupos organizavam-se, também, através da construção de alianças matrimoniais, ou seja, as mais ricas famílias do Império casavam-se entre si, estabelecendo imensos complexos de fazendas (FERREIRA, 2008). A consolidação desses grandes complexos de fazendas ocorreu em meados dos oitocentos, impulsionado pelo fim do tráfico internacional de escravos e pela concentração da propriedade cativa entre os senhores mais opulentos.

Segundo Ricardo Salles, entre 1820 e 1850, a expansão do café que tomou conta do sul fluminense ocorreu por duas vias principais: um em direção a Serra Acima, no Vale do Paraíba e o segundo, e que aqui mais interessa, originou-se em São Gonçalo e Itaboraí e chegou à Nova Friburgo e Cantagalo (SALLES, 2008: 139-140). Tal período corresponderia à implantação da lavoura cafeeira na região. A partir da segunda metade do século XIX até aproximadamente 1860, encontra-se o momento de apogeu das propriedades do Vale. De 1860 em diante, inicia-se o período de grandeza e opulência,

² Os “Sertões do Macacu” compreendiam as terras que se localizam entre a Serra do Mar e o Rio Paraíba do Sul e englobava os atuais municípios de Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Sumidouro, Trajano de Moraes e Teresópolis.

que só foi encerrado definitivamente pela abolição do cativeiro (SALLES, 2008: 150). Este trabalho visa analisar como se comportaram as propriedades e os negócios do Barão de Nova Friburgo sob a perspectiva cronológica elaborada por Salles, que utilizou como referência principal as regiões de Vassouras e Valença.

Ao estudar esse lócus senhorial torna-se fundamental investigar o perfil dos escravos de Antônio Clemente Pinto. Isto porque, além do volume de escravos do Barão de Nova Friburgo - fator que o colocava entre os megaproprietários de cativos - temos a possibilidade de chegar aos africanos contrabandeados no período ilegal do tráfico. Ademais, os conflitos no interior das grandes e médias escravarias contribuíram não só para com as reordenações da política de Estado, como também conduziram a conjuntura em direção às reformas nas leis da escravidão no final da década de 1860³. Essas modificações demandaram novas estratégias para administrar as escravarias daquelas fazendas que possuíam comunidades cativas mais volumosas. Com este trabalho objetivamos, igualmente, mapear e compreender a lógica das comunidades escravas do complexo de fazendas do Barão de Nova Friburgo.

A proposta de trabalhar com a trajetória de um grande complexo de negócios de uma família oitocentista brasileira não se esgota em si mesma. O permanente diálogo entre o nível micro e macro da sociedade permite a compreensão das estruturas, dos sistemas normativos e das incoerências da sociedade em que viviam. Com isso, será preciso captar as estruturas que compunham as vilas de Cantagalo, São Fidelis e Nova Friburgo, além da Corte, tarefa que permitirá compreender os níveis de inserção da família Clemente Pinto nessas localidades. Tal tarefa realiza-se através do Almanack Lammert, dos Relatórios do Presidente de Província e dos 48 registros feitos em periódicos que circulavam nas áreas citadas. Os diálogos entre as estratégias de Antônio Clemente Pinto e sua família com as estruturas das localidades citadas permitem alcançar a constituição da fortuna que legou ao seu filho a alcunha de “verdadeiro imperador do Brasil” (LAMEGO, 2007: 370).

³ Os exemplos dessas ações do Estado para interferir na relação entre senhores e escravos temos a lei de 1869, que proibia a separação de famílias escravas mediante tráfico interno; e a lei do Ventre-Livre (1871), que além de garantir a liberdade do ventre cativo, também garantiu para o escravo o direito legal ao pecúlio.

As questões suscitadas nesta investigação são os seguintes: quais as transformações ocorridas nas propriedades de Antônio Clemente Pinto durante os períodos estabelecidos por Salles? Como funcionava o complexo de fazendas do Barão? As inovações tecnológicas para o beneficiamento do café concentravam-se em quais fazendas? Qual o papel das demais fazendas do complexo? Qual era o montante do seu capital investido em bens usurários, imóveis urbanos e no comércio? Qual a importância destes ramos para a definição de sua fortuna? Quem eram seus principais parceiros nos negócios? Qual o volume de sua escravaria e qual o perfil desta? Tais problemáticas serão respondidas mediante o processamento e análise do inventário do Barão de Nova Friburgo, das escrituras cartoriais, das ocorrências de seu nome nos jornais que circulavam na corte, além dos arquivos judiciais referentes a Antônio e sua família.

Diante do que foi exposto até aqui, as principais justificativas que se pode enumerar como fundamentais para compreender a trajetória de Antônio Clemente Pinto calcam-se, sobretudo, em dois pontos. O primeiro deles é a documentação primária e inédita arrolada, que por si só justifica-se como um elemento relevante para a pesquisa histórica. As principais fontes são o inventário do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo, as escrituras cartoriais e os processos judiciais, além das referências em periódicos que circulavam pelos mesmos espaços de sociabilidade de Antônio. Os documentos cobrem o período de grandeza, decadência e crise do café na região norte da província fluminense, onde se encontravam as principais fazendas do “complexo Nova Friburgo”. O segundo aspecto de relevância reside na compreensão das estratégias das famílias oitocentistas para a manutenção do seu patrimônio e riqueza. A família Clemente Pinto, sem dúvida, é composta das peculiaridades e idiosincrasias do seu tempo e do grupo social em que estava inscrito. Diante disso, a proposta é estudar as famílias da classe senhorial através do núcleo formado pelo Barão de Nova Friburgo e seus descendentes, elementos que nos levam a “refletir sobre as relações entre Estado e famílias, poder nacional e poder local, público e privado no Brasil oitocentista” (MUAZE, 2008: 12).

Em resumo, o presente texto buscou analisar uma importante parte da trajetória do Barão de Nova Friburgo através do processo de acumulação de capital cafeeiro escravista e da diversificação deste capital em bens não agrícolas. Tal empreitada nos

permite aquilatar os investimentos do Barão de Nova Friburgo e avaliar como cada uma das atividades contribuía para a constituição de um monte-mor de quase sete mil contos de réis. Através dos documentos arrolados, conseguiremos reconstruir com relativa precisão as estratégias familiares de ascensão e de manutenção do status quo. Portanto, articular como o capital cafeeiro do complexo familiar de fazendas do Barão permitiu o reinvestimento em atividades não agrícolas, muito possivelmente redefinirá as interpretações sobre os métodos de enriquecimento e perpetuação do patrimônio familiar da “boa sociedade” do Império do Brasil.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem / Teatro de Sobras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

D'URSEL, Charles. *Sud Amerique*. Paris, 1879.

Documentos Friburguenses, Jornal do Comércio, 13 de agosto de 1944.

ERTHAL, Clélio. **Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café**. Niterói, Nitpress, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Histórias de famílias: casamentos, alianças e fortunas**. Léo Christiano Editorial, RJ, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de famílias: casamentos, alianças e fortunas*. Léo Christiano Editorial, RJ, 2008.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 283.

FOLLY, Luiz Fernando Dutra. **A história da Praça Princesa Isabel em Nova Friburgo: o projeto esquecido de Glaziou**. 2007. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, UFRJ/FAU. Rio de Janeiro, 2007.

FRAGOSO, J. L. e LUGÃO, A. M. “Um empresário brasileiro do oitocentos”. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos; SCHNOOR, Eduardo. **"Resgate: uma janela para o oitocentos"**. Rio de Janeiro, TOPBOOKS, 1995.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Uma leitura sobre o império do Brasil no contexto do século XIX: diálogo com Ricardo Salles**. Almanack. Guarulhos, n. 04. p. 46-52, 2º semestre de 2012. p. 50.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 262.

MARRETTO, Rodrigo Marins. **A Escravidão Velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2014.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

MAWE, Jonh. **Viagens ao Interior do Brasil Principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes**. Rio de Janeiro, Ed. Zelio Valverd, 1944 . p. 128.

MELNIXENCO, Vanessa Cristina. **Friburgo & Filhos: tradições de passado e invenções do futuro**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2014, p.78.

MUAZE, M. A. F. **As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SALLES, Ricardo Henrique. **E o Vale era o Escravo. Vassouras, século XIX – Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____; BORGES, Magno Fonseca. **A morte do barão de Guaribu. Ou o fio da meada**. Heera (UFJF. Online), v. 7, p. 58, 2013.

_____. **O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado**. Almanack, v. 1, 2012, p. 17.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

ARQUIVOS E FONTES

Almanack Laemmert. 1827-1850

Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livros III-XII.

Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - Acervo de Periódicos - *Diário do Rio de Janeiro*, 1827-1850